



Reforma Tributária Solidária

Brasília- DF

29 de agosto de 2019

Francelino das Chagas Valença Junior
Diretor de Formação Sindical - Fenafisco

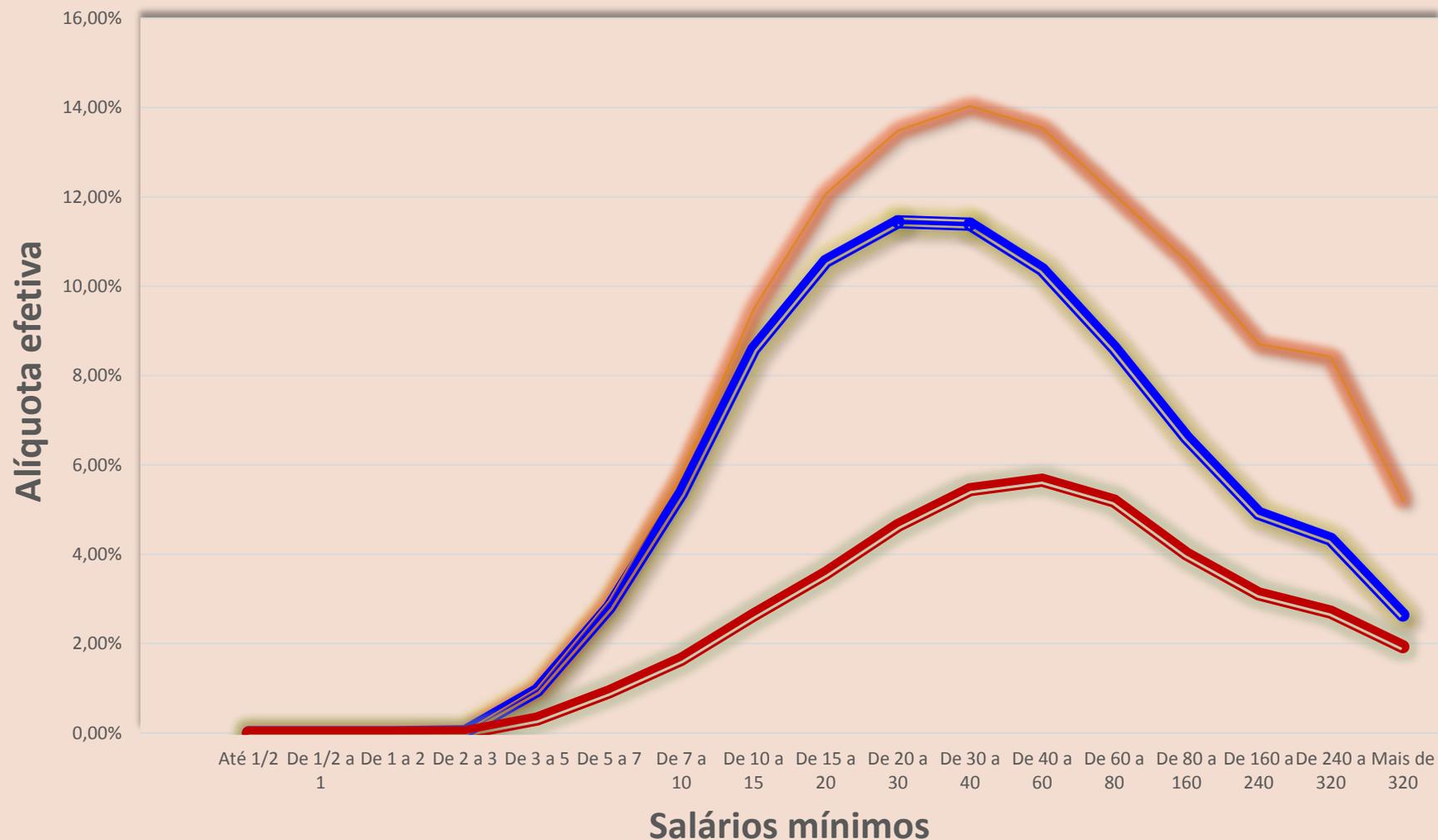
- Mantém intacto o problema raiz e não apresenta qualquer alternativa de solução ou sequer o aponta como problema
- Busca a redução da carga tributária sobre o consumo de bens e serviços (para ganhar competitividade)
- Procura adotar políticas de geração de resultado primário para manter níveis sustentáveis e pagáveis da dívida pública
- Busca o equilíbrio fiscal pela via da redução do estado social, a exemplo da EC 95 (teto dos gastos) e a Reforma da Previdência
- Mantém o equilíbrio fiscal através da alta tributação da renda dos assalariados, em especial da classe média (congelamento da tabela do IR e estudos para aumentar a sua alíquota)

Perfil das políticas tributárias adotadas pelos governos brasileiros desde 1995...

As políticas adotadas reprimem a demanda agregada da economia nacional, e associada a regressividade, gera baixo nível de crescimento.

Grandes Números DIRPF 2016

Comportamento arrecadação por alíquota efetiva



Porque a carga tributária sobre a renda é baixa no Brasil...

— Todos os Declarantes — Não receptor de Lucros e Dividendos + ME — Recebedor de Lucros e Dividendos + ME

Desigualdade global

EN  ES 

Brasil

Super-ricos no Brasil lideram concentração de renda global

Entre os países democráticos, nenhum outro tem maior acúmulo de rendimentos no 1% do topo; na crise, miséria voltou a subir, mas houve forte queda nos anos 2000

FGV Social dão a dimensão da piora na concentração: do fim deste ano, a renda per capita do trabalho dos 10% mais ricos subiu 10,1% (descontada a inflação); e a do 1% mais rico, 10,1%.

A renda dos 50% mais pobres despencou 17,1%; e dos 40% "do meio" (a diferença entre os mais ricos e os mais pobres), caiu 4,2%.

O índice de Gini ficou em 0,629, muito próximo ao recorde da série histórica (de 0 a 1, quanto mais perto de 1, pior a desigualdade).

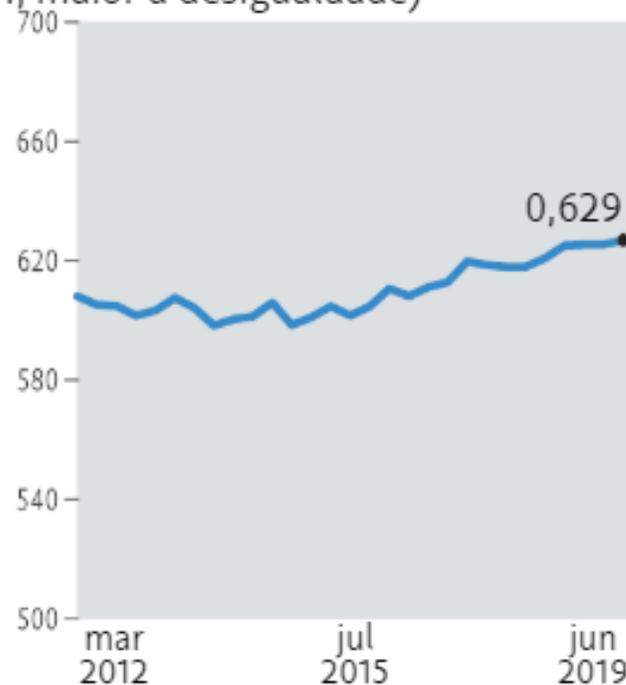
Dados do FGV Social dão a dimensão da piora na concentração: do fim de 2014 a junho deste ano, a renda per capita do trabalho dos 10% mais ricos subiu 2,5% acima da inflação; e a do 1% mais rico, 10,1%.

Já o rendimento dos 50% mais pobres despencou 17,1%; e dos 40% "do meio" (a classe média entre os mais ricos e os mais pobres), caiu 4,2%.

Isso levou o índice de Gini a 0,629, muito próximo ao recorde da série desde 2012 (medido de 0 a 1, quanto mais perto de 1, pior a desigualdade).

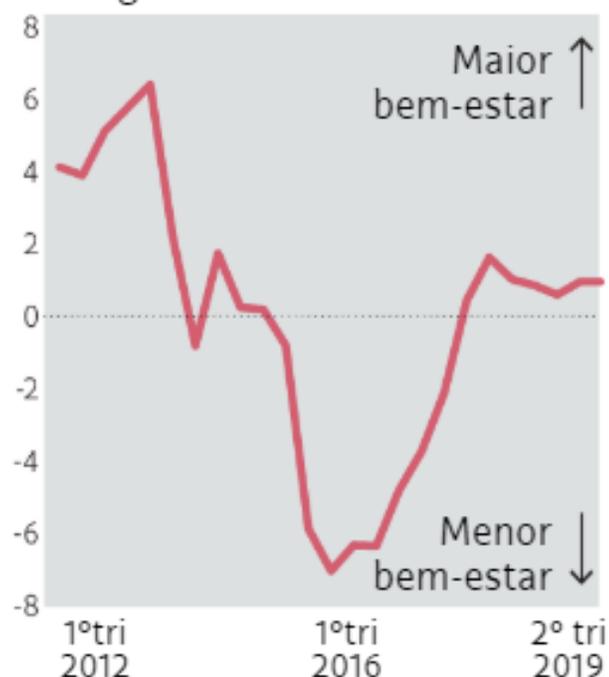
Desigualdade aumenta

Índice Gini da renda do trabalho per capita (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade)



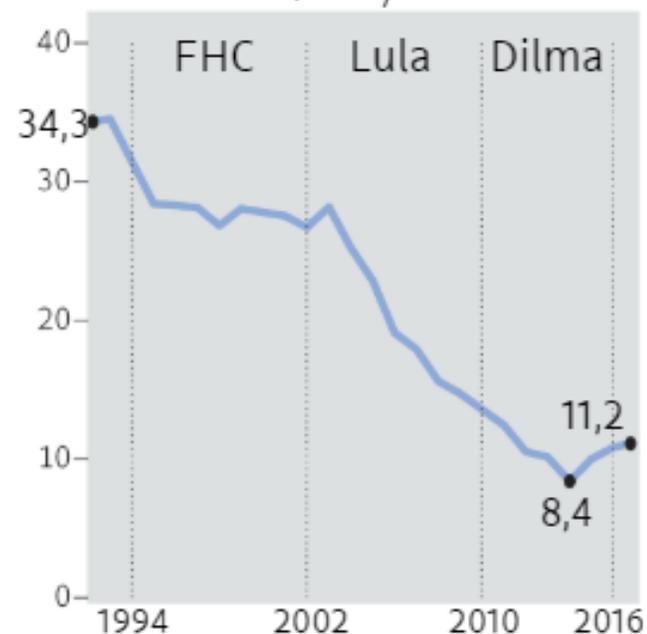
Bem-estar social tem lenta recuperação

Indicador leva em conta variação da renda anual e da desigualdade



Pobreza extrema volta a crescer

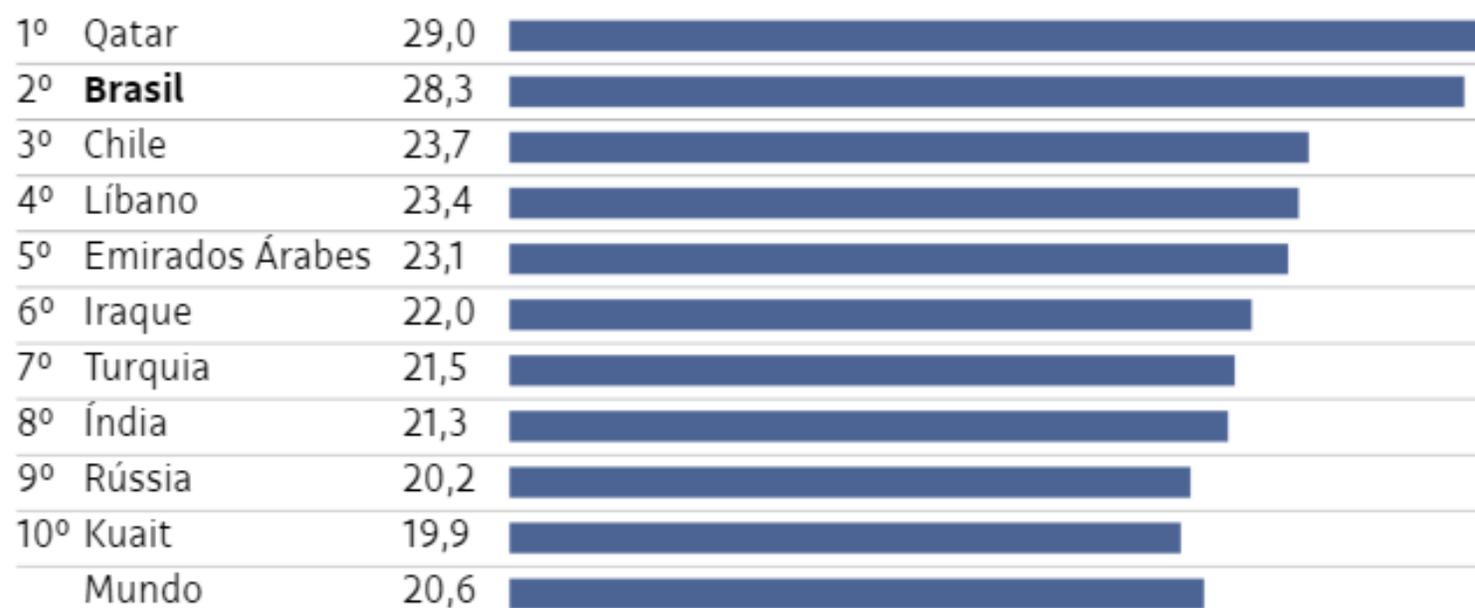
Percentual de pessoas com renda mensal inferior a R\$ 232/mês



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos microdados PNAD/IBGE e PNADC

Ranking da concentração no topo

Participação do 1%
mais rico na renda
total, em %



Fonte: World Inequality Database (WID)

Classe média encolhe

Participação na renda, em %



Varição acumulada da renda

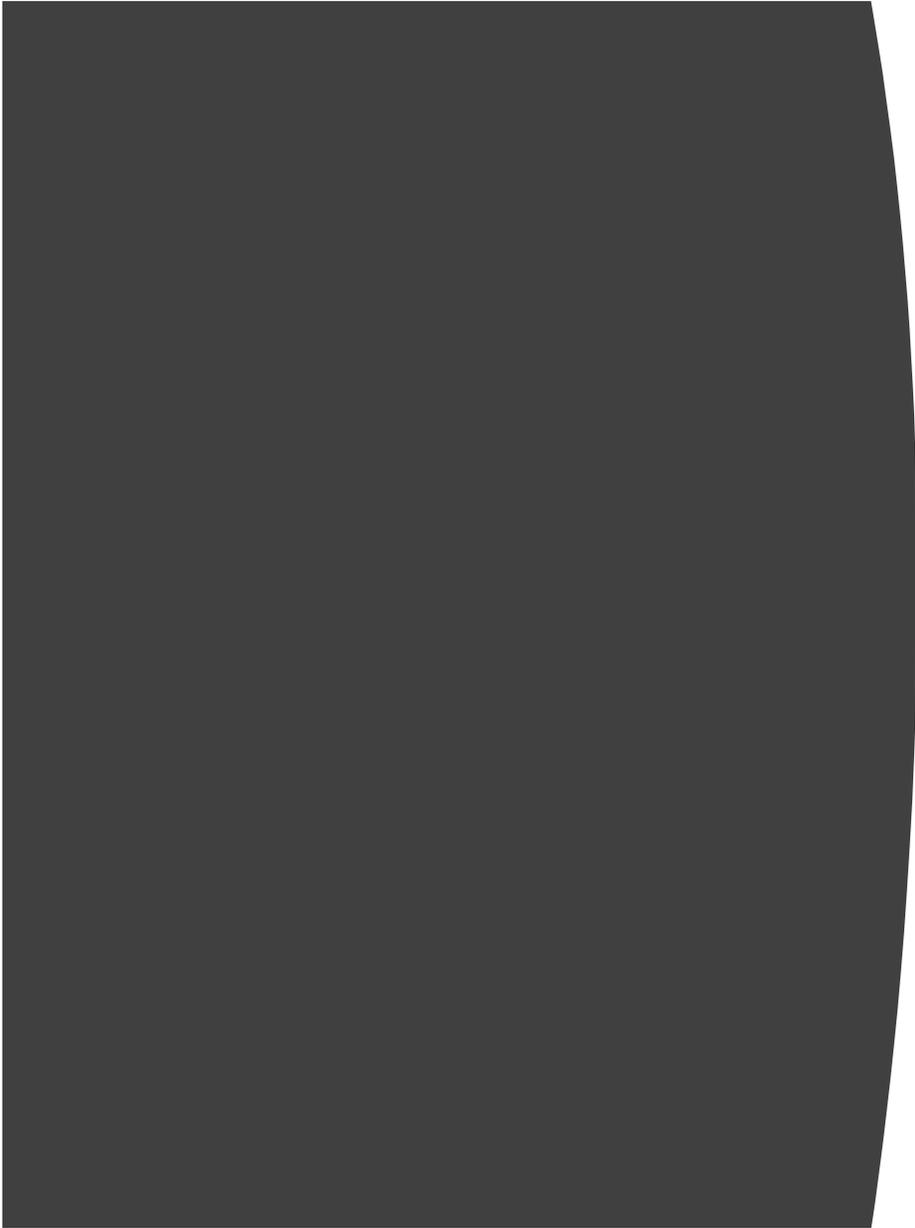
	mais pobres	classe média	ricos***	muito ricos
2001 a 2015*	+71,5%	+44%	+60%	+69%
2014 a 2019**	-17,1%	-4,2%	+2,5%	+10,1%

Participação na população, em %



Renda exclusiva do trabalho; até jun.2019 *inclui o 1% mais rico

Fonte: Relatório da Desigualdade Global de 2018* e FGV Social**, a partir dos microdados da PNADC



80% por cento da população
tem renda familiar per capita
abaixo de R\$ 1700

Fonte: IBGE

Mundo

Brasil Econômico

Mundo

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

10/12/2014 | 09:29 - Atualizado em: 10/12/2014 | 09:29

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico revela que crescimento econômico de várias nações ricas foi limitado por causa do aumento da desigualdade

Crescimento frustrado em virtude das desigualdades

Projeção OCDE 1990 a 2000

Reino Unido

9 %

EUA, Itália e Suécia

6 a 7 %

México e Nova Zelândia

10 %

www.cartacapital.com.br/economia/desigualdade-atrapalha-crescimento-e-corroi-a-coesao-social



Economia

Até eles

Desigualdade atrapalha crescimento e corrói a coesão social, diz FMI

O GLOBO MENU

ECONOMIA

INSCRIÇÕES PARA A ESCOLA-RESIDÊNCIA DO SESC VÃO ATÉ 4 DE MAIO.



FMI: desigualdade 'em excesso' pode inibir crescimento

Relatório defende tributação progressiva e cita Bolsa Família e SUS como exemplos brasileiros

Surpresa positiva no PIB, nível de investimentos deve voltar a arrefecer, diz economista

Marcos Ross, economista sênior da XP, fala também sobre a guerra comercial e a crise da Argentina e como seus impactos no câmbio podem afetar os cortes da Selic por aqui

SÃO PAULO – O PIB brasileiro cresceu 0,4% no segundo trimestre deste ano, em comparação ao trimestre anterior, acima da alta de 0,2% esperada pelo mercado. A surpresa positiva foi guiada pelos investimentos, mas eles devem arrefecer no terceiro trimestre, segundo Marcos Ross, economista sênior da XP.

Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo), que incluem os recursos em máquinas, equipamentos, construção civil e inovação, tiveram aumento de 3,2% no segundo trimestre sobre o trimestre anterior. Foi o melhor desempenho desde o segundo trimestre de 2013, quando subiram 5,8%.

"Foi uma surpresa pontual, pois a ociosidade da nossa indústria ainda está muito alta. Temos cerca de 25% das máquinas da indústria brasileira desligadas, por isso eu imagino que para o próximo trimestre esse número deve dar uma arrefecida e voltar ao seu patamar normal", disse Ross.

<https://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/9194707/surpresa-positiva-no-pib-nivel-de-investimentos-deve-voltar-a-arrefecer-diz-economista>

O caminho para a retomada do crescimento econômico no Brasil passa pela diminuição do Custo Brasil e redução das desigualdades sociais!

A redução das desigualdades sociais poderá ocorrer através de políticas de gastos públicos e tributação!

Brasil precisa de uma REFORMA TRIBUTÁRIA que torne o sistema progressivo, e para isso precisa reduzir a carga tributária sobre o consumo e aumentar sobre a renda, especialmente de quem não paga!

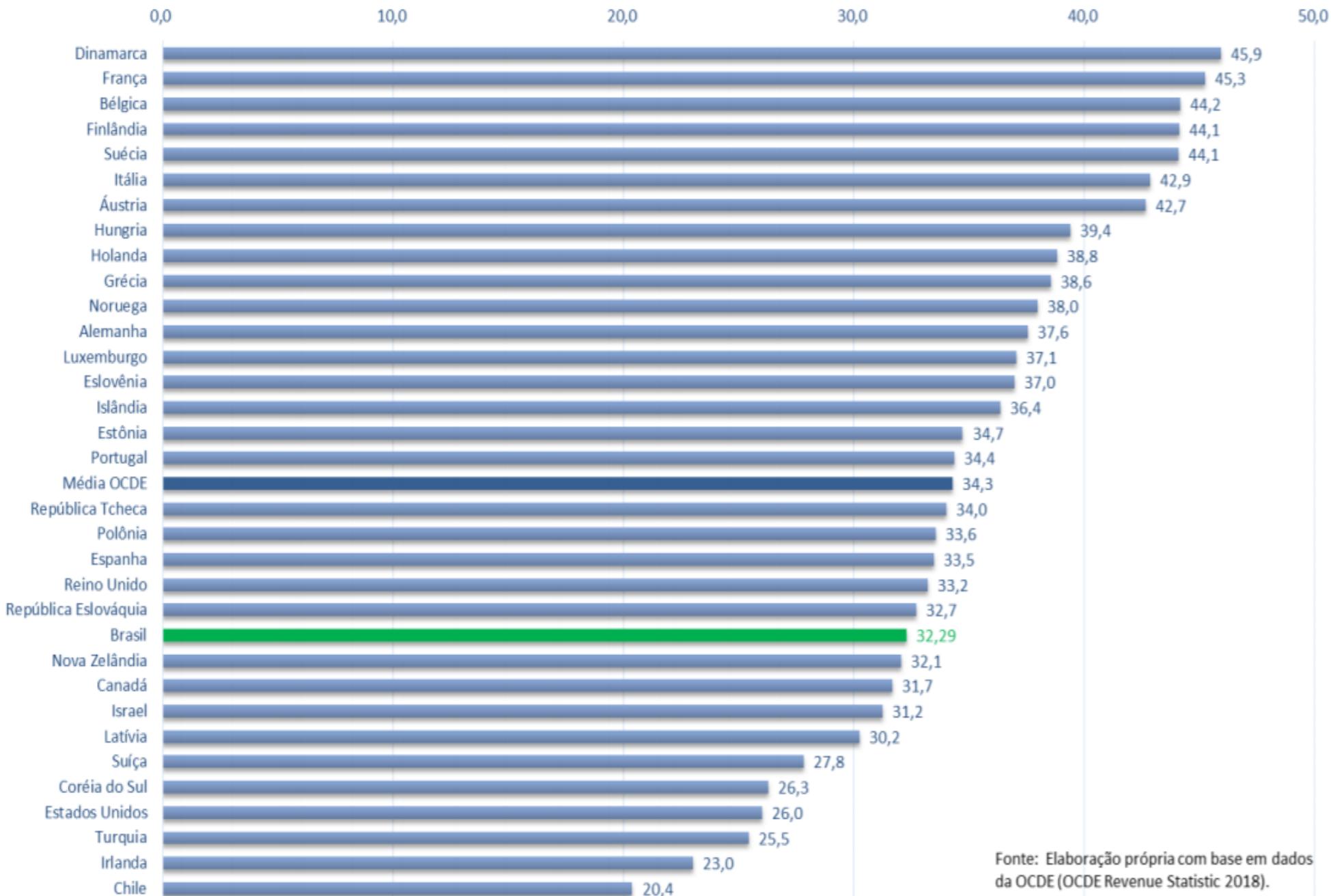
O que diferencia a nossa proposta das outras em debate

Propostas de “simplificação” do sistema:

- Não enfrentam as anomalias crônicas da tributação no Brasil.
- Podem inviabilizar o Estado Social



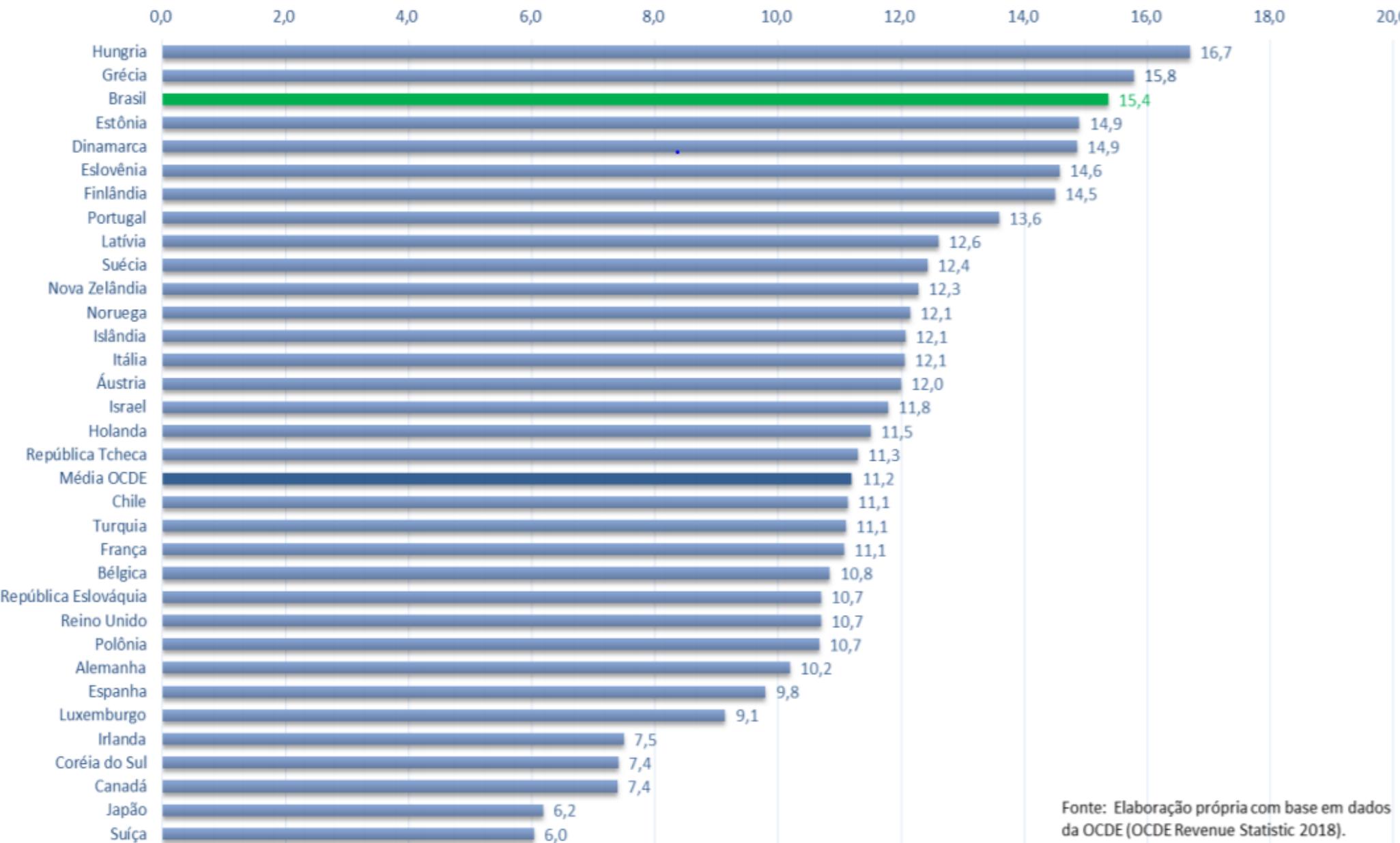
Gráfico 02 - Carga Tributária no Brasil e nos Países da OCDE (2016)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2018).

OCDE média:
34,3 %
Brasil: 32,29%
Posição: 23º

Gráfico 06 - Carga Tributária sobre Bens e Serviços - Brasil e Países da OCDE (2016)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2018).

Brasil: 15,4%
OCDE média: 11,2%
Posição: 3º

Pressuposto da proposta

É necessário que a reforma tributária seja ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias, e:

- ✓ **PENSADA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO;**
- ✓ **ADEQUADA AO PROPÓSITO DE FORTALECER O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL;**
- ✓ **PROMOVA A SUA PROGRESSIVIDADE PELA REDUÇÃO DA CARGA SOBRE O CONSUMO E O AUMENTO SOBRE A RENDA;**
- ✓ **GERE AÇÕES VISANDO A JUSTIÇA FISCAL.**



É possível ampliar a justiça fiscal pela:

- Elevação de R\$ 253,7 bilhões das receitas da tributação sobre a renda e redução de R\$ 231,7 bilhões da receita da tributação sobre bens e serviços;
- Elevação de R\$ 73,0 bilhões da tributação sobre o patrimônio e redução de R\$ 78,7 bilhões da tributação sobre a folha de pagamentos.



AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
 EM R\$ MILHÕES
 VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
Renda	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
TOTAL	472.688,57	830.164,53	357.475,96
Bens e Serviços	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	-310.537,32
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	1.912.615,48	1.959.554,12	46.938,64

NOVA TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF

FAIXA DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)
Até 4	0%
Mais de 4 a 7	7,5%
Mais de 7 a 10	15,0%
Mais de 10 a 15	22,5%
Mais de 15 a 40	27,5%
Mais de 40 a 60	35,0%
Mais de 60	40,0%

- 38,55% dos declarantes ficariam **isentos** do IRPF;
- 48,70% **seriam desonerados**;
- 10,02% manteriam a alíquota atual.
- 2,73% dos declarantes, (cerca de 750 mil contribuintes) **seriam mais tributados**

Acréscimo de R\$ 158 bilhões (dos R\$ 254 bilhões de acréscimo da tributação sobre a renda pessoa física e jurídica);

ARRECAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
 EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
 VALORES DE 2015



TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS (IGF)	-	37.193,97	37.193,97
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)	1.104,97	19.093,90	17.988,93
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES (ITCMD)	6.468,65	15.002,96	8.534,31
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	36.257,11	37.307,11	1.050,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	30.759,50	38.994,97	8.235,47
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	11.106,63	11.106,63	-
TOTAL	85.696,86	158.699,55	73.002,69

REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

TRIBUTOS	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
TRIBUTOS SOBRE BENS E SERVIÇOS	957.923,80	726.126,34	- 231.797,46
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS	482.003,11	403.263,25	- 78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	- 310.537,32

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB, CONSIDERANDO-SE O IPVA COMO TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CONSUMO

COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015 E % DO PIB



**Reforma
Tributária**
Solidária

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% PIB	% PIB	% PIB
RENDA	5,97	10,27	11,50
PATRIMÔNIO	0,84	2,06	1,90
CONSUMO	16,84	12,93	10,90
OUTROS	9,02	8,20	9,70
TOTAL	32,66	33,46	34,00

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% CTB	% CTB	% CTB
RENDA	18,27	30,69	34,10
PATRIMÔNIO (1)	4,44	8,03	5,80
CONSUMO	49,68	36,76	32,40
OUTROS	27,60	24,52	27,70
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Nota (1) considerou-se o IPVA como tributo que incide sobre o patrimônio.

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE

Valores de 2015

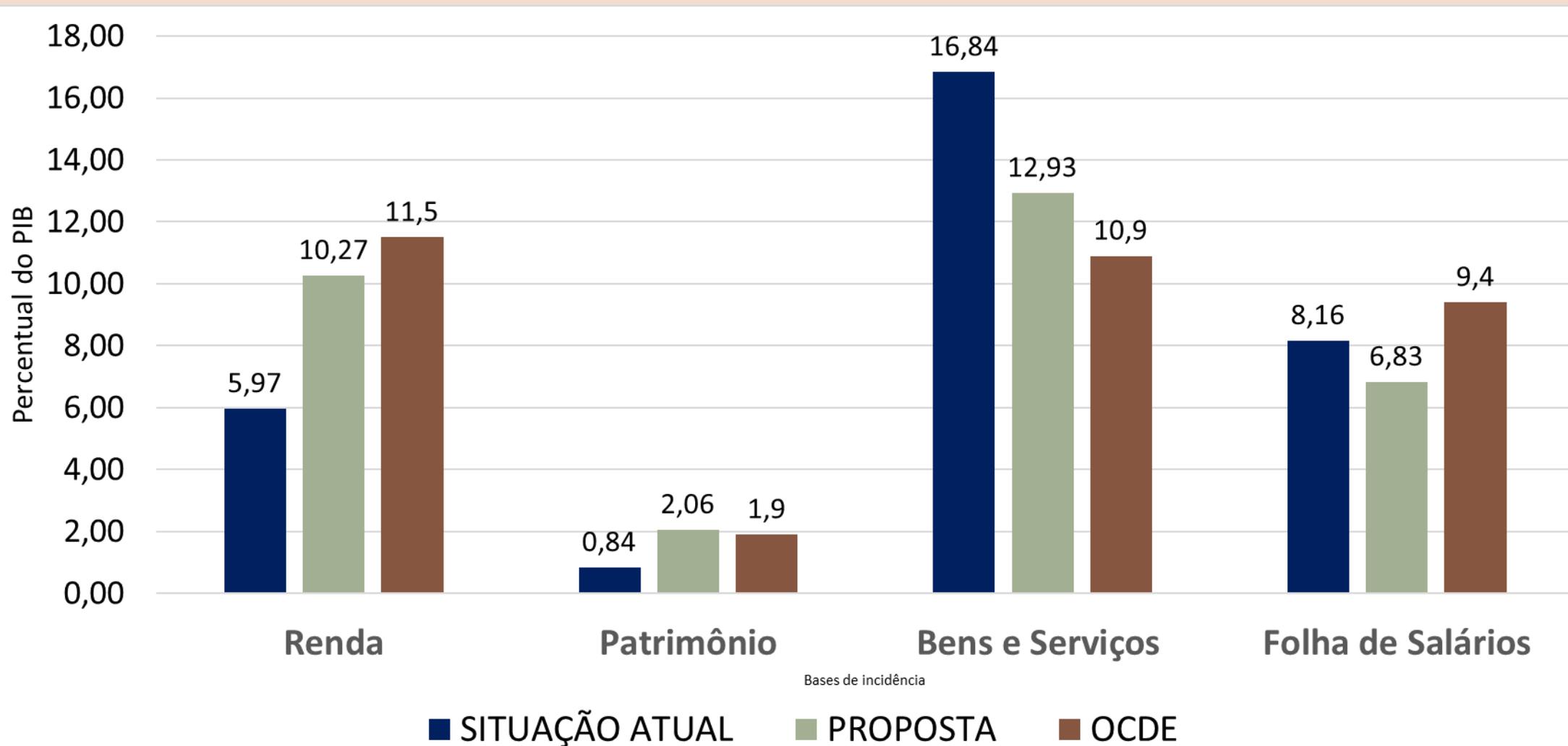
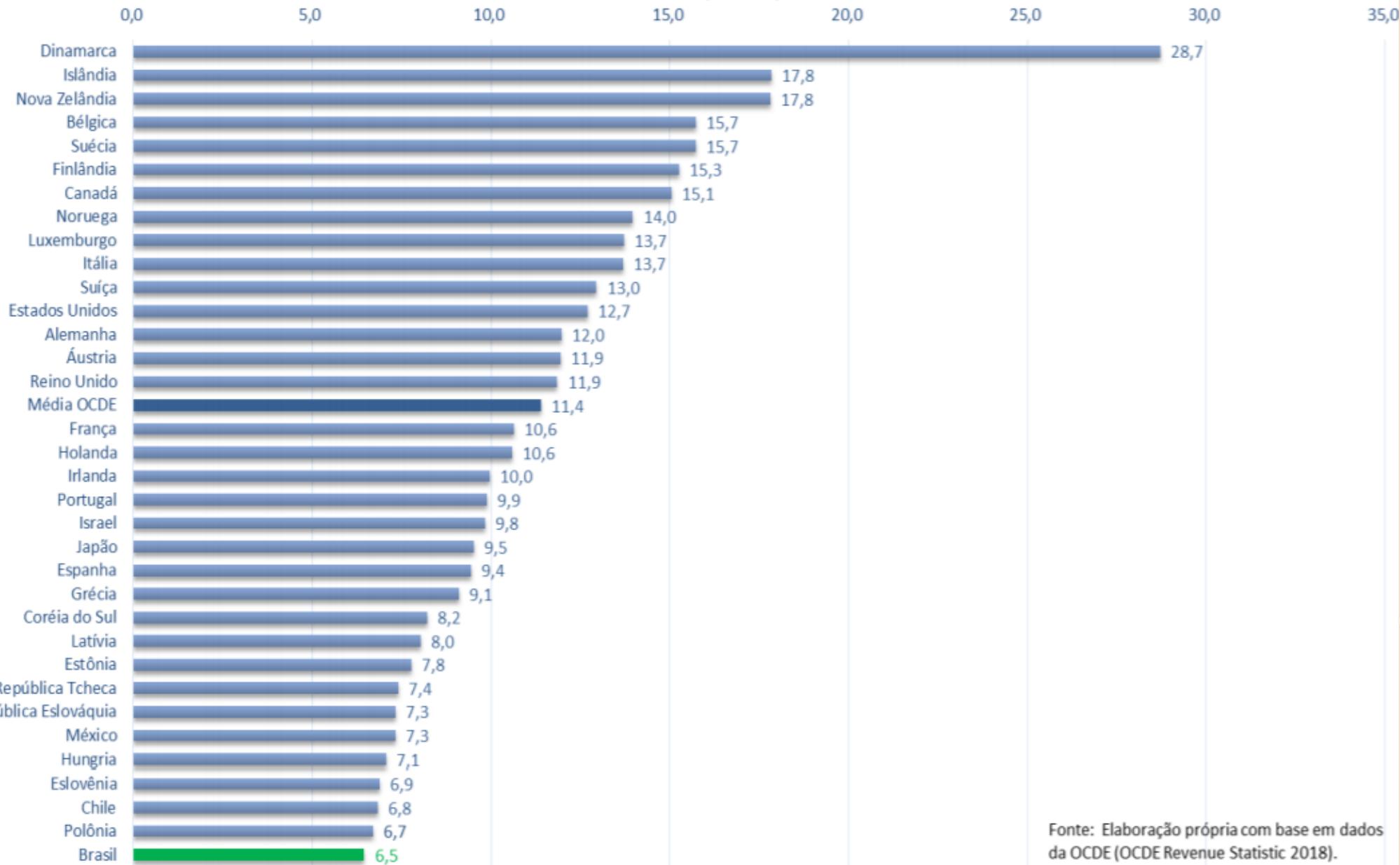


Gráfico 03 - Carga Tributária sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital - Brasil e Países da OCDE (2016)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2018).

OCDE média: 11,4%

Brasil: 5,9%

Posição: 34º



Genocídio em Ruanda e Burundi

